O Licenciamento Ambiental no Brasil e no Estado de São Paulo

Murilo Kenichi Fujii

Revisão: Prof. Raphael Rodrigues

1. **Introdução**

Segundo a Cartilha de Licenciamento Ambiental publicada pelo Tribunal de Contas da União (2004, 2007), o licenciamento ambiental configura um relevante instrumento de gestão estabelecido pela Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), instituída pela Lei 6.938/1981, e é instrumento fundamental na busca do desenvolvimento sustentável, visando encontrar o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a livre iniciativa com o meio ambiente, dentro de sua capacidade de regeneração e permanência. Seu objetivo é regular as atividades e os empreendimentos que utilizam os recursos naturais e podem causar degradação ambiental, agindo preventivamente sobre a proteção do bem comum – o meio ambiente – em compatibilidade com o desenvolvimento econômico-social, uma vez que ambos são direitos constitucionais. Sua utilização é compartilhada entre a União e os estados da federação, o Distrito Federal e os municípios, em conformidade com as respectivas competências, proporcionando estatura legal aos órgãos ambientais para avaliarem os eventuais impactos ao meio ambiente das atividades e dos empreendimentos que utilizam os recursos naturais e podem causar degradação ambiental, regulando-os a fim de proporcionar ganhos de qualidade ao meio ambiente e à vida das comunidades numa melhor perspectiva de desenvolvimento.

A disponibilidade e o investimento na produção de conhecimento e informação básica acerca dos recursos naturais (solos, minerais, fauna, flora, ecossistemas etc) das regiões fornecem embasamento fundamental na qualidade do licenciamento ambiental. Outro ponto importante é o conhecimento quanto aos procedimentos e trâmites requeridos para a sua concessão por todos os interessados. Apesar de instituído há mais de três décadas, a falta de informação adequada pela maioria desses interessados resultou na baixa eficácia desse instrumento de gestão. Com o intuito de promover maior engajamento para suprir essa lacuna, o Tribunal de Contas União – TCU, com o apoio do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, tomaram a iniciativa de orientar os interessados e garantir maior publicidade ao processo de licenciamento, divulgando seu conceito, etapas e requerimentos. Na cartilha, publicada pela primeira vez em 2004, foram divulgados conhecimentos e compartilhadas experiências sobre as especificidades socioeconômicas inerentes ao licenciamento ambiental (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2004, 2007).

Por meio da Constituição Federal, o meio ambiente tornou-se direito fundamental do cidadão, cabendo tanto ao governo quanto a cada indivíduo o dever de resguardá-lo, não sendo admissíveis atividades da iniciativa privada e pública que violem sua proteção. Portanto, a licença ambiental é uma autorização emitida pelo órgão público competente e concedida ao empreendedor para que exerça seu direito à livre iniciativa, desde que respeitadas as precauções para preservar o direito coletivo ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Trata-se de um dos mais importantes mecanismos de controle do Poder Público, estabelecendo condições e limites ao exercício de determinada atividade (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2009; TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2004, 2007).

1. **História sobre a legislação referente ao licenciamento (evolução)**

Por muito tempo, o desenvolvimento econômico decorrente da revolução industrial desconsiderou os impactos ambientais associados a ele. As avaliações de projetos limitava-se a uma análise econômica, sem abranger efeitos ambientais que acarretassem degradações ao bem estar social e ao seu entorno. O termo “meio ambiente” foi usado pela primeira vez na década de 1960, situação na qual foi estabelecida a polêmica sobre os problemas ambientais. No entanto, apenas em 1969 foi criada uma instituição relacionada ao tema, o NEPA (National Environmental Policy Act), nos Estados Unidos da América, e, no ano seguinte, foi criado o processo de Avaliação de Impacto Ambiental – AIA, como um instrumento da sua política ambiental, sendo adotado mais tarde pela França, Canadá, Holanda, Grã-Bretanha e Alemanha. Em junho de 1972, foi realizada a “I Conferência Mundial de Meio Ambiente” em Estocolmo, que representou um marco que mudou de patamar a preocupação com as questões ambientais e passou a fazer parte das políticas de desenvolvimento adotadas tanto nos países mais avançados como naqueles em desenvolvimento (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2009).

No Brasil, essa preocupação com os impactos ambientais só surgiu com as exigências de órgãos financeiros internacionais para aprovação de empréstimos a projetos governamentais, e cresceu com a conscientização da sociedade, tornando-se cada vez mais necessária a adoção de práticas adequadas de gerenciamento ambiental em quaisquer atividades modificadoras do meio ambiente. Em vista disso, o governo brasileiro sancionou a Lei 6.938, em 1981, que antecede a própria Constituição Federal de 1988, estabelecendo a Política Nacional do Meio Ambiente e criando o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, que fundamentam a proteção ambiental no país. Tais fundamentos vêm sendo regulamentados por meio de decretos, resoluções dos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais, normas e portarias (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2009).

De acordo com o artigo 23, incisos III, VI e VII da Constituição Federal, é competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios proteger o meio ambiente, combater a poluição em qualquer de suas formas e preservar as florestas, a fauna e a flora. No âmbito do licenciamento ambiental, as principais diretrizes de execução estão expressas na Lei 6.938/81, e complementadas nas Resoluções CONAMA nº 001/86 e nº 237/97. Para a Constituição Federal de 1988, foi considerada a Lei 6.938/81, sendo estabelecida a competência ambiental comum dos entes federativos, e elevada a proteção e defesa do Meio Ambiente à condição de preceito constitucional, bem como a necessidade de Estudo Prévio de Impacto Ambiental para a instalação de obras ou atividades potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente. O Art. 225 da Constituição Federal afirma que “incumbe ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações”, sendo o “Poder Público” um termo genérico que faz referência aos diversos entes da administração pública, cabendo à União, aos estados e aos municípios defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2009, 2015; TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2007).

As competências constitucionais relativas ao meio ambiente podem ser de dois tipos: administrativa e legislativa, e foram repartidas entre os entes do Poder Público em razão da autonomia de cada um deles. A competência administrativa é comum à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, que têm o comum dever/poder de proteger o meio ambiente, lembrando que eles possuem autonomia entre si. A competência legislativa é concorrente entre a União, os estados e o Distrito Federal, cabendo à União estabelecer normas gerais que fixem parâmetros mínimos de proteção ao meio ambiente. Os estados e o Distrito Federal devem tomar como base o parâmetro mínimo estabelecido pela União e legislar suplementarmente, adaptando as normas jurídicas às peculiaridades regionais, enquanto os municípios devem legislar sobre temas de interesse local, de forma que todos os entes federativos podem legislar sobre meio ambiente. No entanto, é importante ressaltar que os estados, o Distrito Federal e os municípios não podem legislar de modo a oferecer menor proteção ao meio ambiente do que aquela prevista nas normas federais (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2009).

A competência para o licenciamento era conferida inicialmente aos estados e à União – na figura do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, conforme previsto no artigo 10 da Lei 6.938/81, que também permite que o IBAMA atue em caráter supletivo para licenciar “(i) se o órgão ambiental estadual não for tecnicamente apto; ou (ii) se o mesmo permanecer inerte ou omisso”. Em 1990, foi editado o Decreto Federal 99.274 para regulamentar a Lei 6.938/81, tornando-se uma das principais normas relativas ao licenciamento ambiental. A partir de seu artigo 17 são fixados os critérios gerais a serem adotados no licenciamento de atividades utilizadoras de recursos ambientais e potencialmente poluidoras, com permissão de modificação pelos estados, desde que isso implique maior proteção ao meio ambiente (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2009).

Tanto a Lei 6.938/81 quanto o Decreto 99.274/90 atribuem ao Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA a competência para estabelecer normas e critérios para o licenciamento, de forma que este último instituiu diversas Resoluções, sendo as mais importantes a Resolução 01, de 23 de janeiro de 1986 e a Resolução 237, de 19 de dezembro de 1997. A Resolução CONAMA nº 01/86 traz a definição de impacto ambiental e dispõe sobre os critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação desse impacto, exigindo a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, a ser aprovado pelo órgão competente, dependendo da atividade, conforme lista exemplificativa disposta em seu artigo 2 (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2009, 2015b).

A Resolução CONAMA 237/97 dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental, atribuindo competências para licenciar aos diferentes entes federativos em razão da localização do empreendimento, da abrangência dos impactos diretos ou em razão da matéria. A partir desta Resolução os municípios passaram a ter o poder/dever de licenciar os empreendimentos e atividades de impacto local. Dessa forma, foi estabelecido que a competência legal para licenciar pode ser “(i) do município – se os impactos diretos forem locais; (ii) do estado – se os impactos diretos atingirem dois ou mais municípios; e (iii) do IBAMA – se os impactos diretos se derem em dois ou mais estados”, como resumido na Tabela 1 (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2009, 2015b).

Tabela 1 – Competência para licenciar de acordo com a abrangência dos impactos ambientais diretos.

|  |  |
| --- | --- |
| **Abrangência dos Impactos Diretos** | **Competência para licenciar** |
| Dois ou mais estados | IBAMA |
| Dois ou mais municípios | Órgão Estadual de Meio Ambiente |
| Local | Órgão Municipal de Meio Ambiente |

Fonte: Ministério do Meio Ambiente (2009).

Dependendo da localização do empreendimento e da matéria, a competência para licenciar pode variar. Por exemplo, atividades de importância estratégica são licenciadas obrigatoriamente pelo IBAMA, sendo elas: “(i) aquelas cujos impactos diretos ultrapassem os limites do País; (ii) as localizadas ou desenvolvidas conjuntamente no Brasil e em país limítrofe; (iii) no mar territorial; (iv) na plataforma continental; (v) na zona econômica exclusiva; (vi) em terras indígenas; (vii) em unidades de conservação de domínio da União; (viii) as atividades envolvendo material radioativo; e (ix) os empreendimentos militares”. A Resolução CONAMA nº 237/97 também prevê que o licenciamento ambiental se dará em um único nível de competência, de modo que, uma vez estabelecida a competência de um ente federado para licenciar, os demais deverão abster-se – salvo no caso da competência supletiva do IBAMA. Esses critérios de definição de competência, no entanto, guardam certo nível de subjetividade, gerando questionamentos judiciais sobre a competência do ente licenciador (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2009).

Ainda, reforçando a Política Nacional do Meio Ambiente, a Lei nº 9.605/98, artigo 60, dispõe sobre as sanções penais e administrativas lesivas ao meio ambiente e estabelece a obrigatoriedade do licenciamento ambiental das atividades que degradam a qualidade ambiental e suas respectivas penalidades (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2009, 2015a). Outras leis, medidas provisórias, decretos, resoluções, instruções normativas e portarias classificados como diplomas legais referentes ao licenciamento são apresentados em Apêndice. Diversas outras referentes a regulamentos e padrões de qualidade ambiental e de emissão de poluentes existem e podem ser conferidas no site do IBAMA (http://www.ibama.gov.br/licenciamento/), no site do Portal Nacional do Licenciamento Ambiental (http://pnla.mma.gov.br/licenciamento-ambiental/legislacao/), entre outros.

Mais recentemente, foram publicadas a Lei Complementar nº 140/2011, complementando a Resolução CONAMA 237/97, que discorre sobre a competência estadual e federal para o licenciamento, tendo como fundamento a localização do empreendimento, a natureza da atividade e a abrangência do impacto, além de tipologias que consideram o porte, o potencial poluidor e a natureza do empreendimento (Tabela 2); a Instrução Normativa IBAMA nº 6/13, artigo 46, sobre a obrigatoriedade de recadastramento de pessoas inscritas; e o Decreto nº 8.437, de 22 de abril de 2015, que regulamenta um trecho da Lei Complementar nº 140/11, estabelecendo as tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será de competência da União. (DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE, 2014; MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2015a, 2015b)

Tabela 2 – Atribuições das diferentes esferas de governo para o licenciamento ambiental.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **UNIÃO** | **ESTADO** | **MUNICÍPIO** |
| * Promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades:  1. localizados ou desenvolvidos conjuntamente no Brasil e em país limítrofe; 2. localizados ou desenvolvidos no mar territorial, na plataforma continental ou na zona econômica exclusiva; 3. localizados ou desenvolvidos em terras indígenas; 4. localizados ou desenvolvidos em unidades de conservação instituídas pela União, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs); 5. localizados ou desenvolvidos em 2 (dois) ou mais Estados; 6. de caráter militar, excetuando-se do licenciamento ambiental nos termos de ato do Poder Executivo aqueles previstos no preparo e emprego das Forças Armadas, conforme disposto na Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; 7. destinados a pesquisar, lavrar, produzir, beneficiar, transportar, armazenar e dispor material radioativo em qualquer estágio ou que utilizem energia nuclear em qualquer de suas formas e aplicações, mediante parecer da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN); 8. que atendam tipologia estabelecida por ato do Poder Executivo, a partir da proposição da Tripartite Nacional, assegurada a participação de um membro do Conselho do Meio Ambiente ( CONAMA), os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade ou empreendimento. | * Promover o licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, ressalvado o disposto nos artigos 7º e 9º da Lei Federal nº 140/11; * Promover o licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos localizados ou desenvolvidos em unidades de conservação instituídas pelo Estado, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs) | * Promover o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos:  1. que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme tipologia definida pelos respectivos conselhos estaduais de meio ambiente, considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade; 2. localizados em unidades de instituídas pelo Município, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs). |

Fonte: Departamento de Meio Ambiente (2014).

Além da legislação de âmbito nacional, em cada estado vigora a sua própria legislação, que deve ser igualmente respeitada. A legislação aplicável ao estado de São Paulo sobre procedimentos administrativos é apresentada na Tabela 3, no entanto, além dessas, devem ser consideradas também as normas correlatas a cada aspecto. A legislação referente ao estado de São Paulo pode ser consultada no site da CETESB (http://cetesb.sp.gov.br/legislacao/category/legislacao-cetesb/).

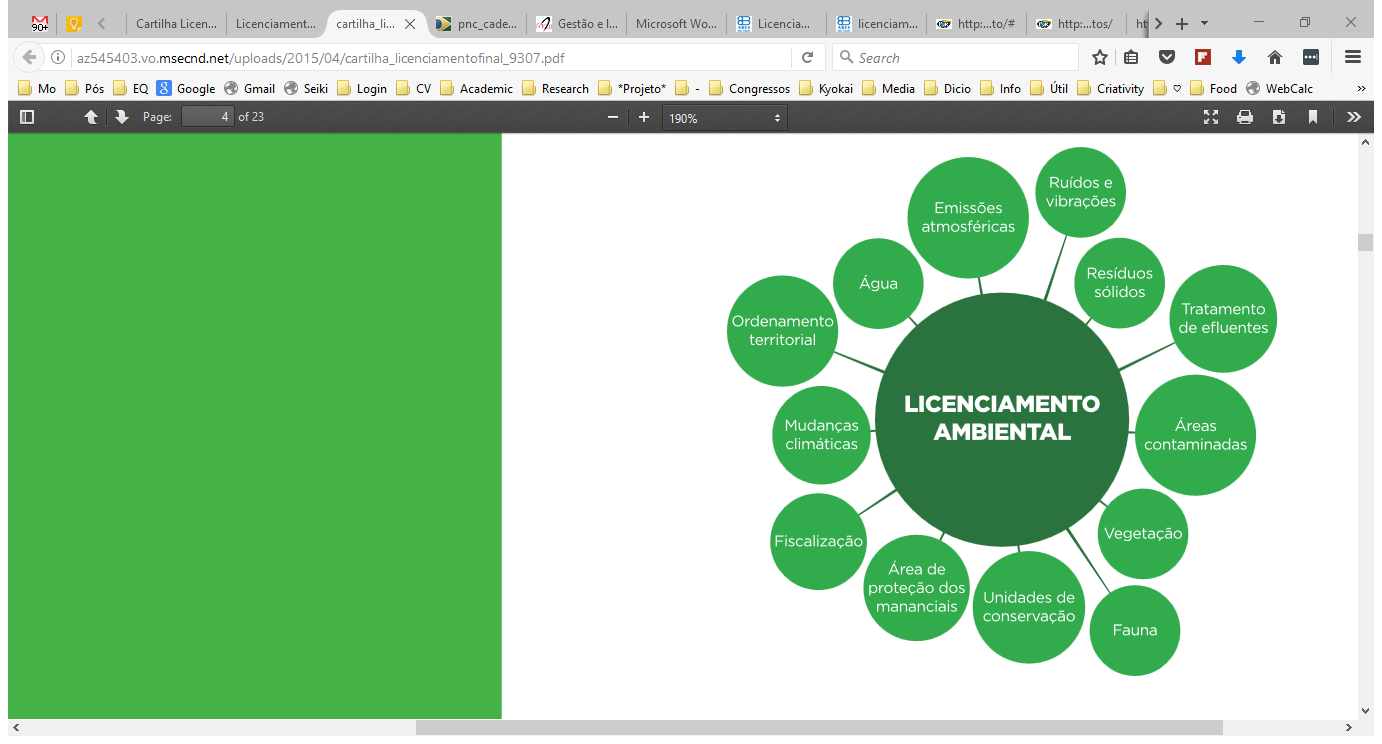
Tabela 3 – Normas sobre procedimentos administrativos do estado de São Paulo.

|  |  |
| --- | --- |
| **ESTADUAL** | |
| LEI ESTADUAL nº 13.542/09 | Altera a denominação da Cetesb – Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – e dá nova redação aos artigos 2º e 10º da Lei nº 118/73. |
| LEI ESTADUAL nº 14.626/11 | Institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais. |
| DECRETO ESTADUAL nº 47.397/02 | Dá nova redação ao Título V e ao Anexo 5 e acrescenta os Anexos 9 e 10 ao Regulamento da Lei nº 997/76, aprovado pelo Decreto nº 8.468/76, que dispõe sobre a prevenção e o controle da poluição do meio ambiente. |
| DECRETO ESTADUAL nº 47.400/02 | Regulamenta dispositivos da Lei Estadual nº 9.509/97, referentes ao licenciamento ambiental, estabelece prazos de validade para cada modalidade de licenciamento ambiental e condições para sua renovação, estabelece prazo de análise dos requerimentos e licenciamento ambiental, institui procedimento obrigatório de notificação de suspensão ou encerramento de atividade e o recolhimento de valor referente ao preço de análise. |
| DECRETO ESTADUAL nº 55.149/09 | Dá nova redação a dispositivos do Decreto nº 47.400/02, que regulamenta disposições da Lei nº 9.509/97, referentes ao licenciamento ambiental, à vista das alterações introduzidas na Lei nº 118/73, pela Lei nº 13.542/09. |
| DECRETO ESTADUAL nº 55.660/10 | Institui o Sistema Integrado de Licenciamento (Sil) e cria o certificado de Licenciamento Integrado. |
| DECRETO ESTADUAL nº 59.261/13 | Institui o Sistema de Cadastro Ambiental Rural do Estado de São Paulo SICAR-SP. |
| DECRETO ESTADUAL nº 60.329/14 | Dispõe sobre o licenciamento ambiental simplificado e informatizado de atividades e empreendimentos de baixo impacto ambiental. |
| RESOLUÇÃO SMA nº 22/09 | Dispõe sobre: a apresentação de certidões municipais de uso e ocupação do solo, o exame e manifestação técnica pelas Prefeituras Municipais nos processos de licenciamento ambiental realizados no âmbito do Seaqua e a concessão de Licença de Operação para empreendimentos existentes. |
| RESOLUÇÃO SMA nº 94/12 | Regulamenta os procedimentos relativos ao Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais ao Relatório Anual de Atividades e à Taxa Ambiental Estadual. |
| RESOLUÇÃO SMA nº 100/13 | Regulamenta as exigências para os resultados analíticos, incluindo a amostragem, o objeto de apreciação pelos órgãos integrantes do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, a Proteção, o Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e o Uso Adequado dos Recursos Naturais (Seaqua). |
| RESOLUÇÃO SMA nº 49/14 | Dispõe sobre os procedimentos para licenciamento ambiental com avaliação de impacto ambiental, no âmbito da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, Cetesb. |
| DELIBERAÇÃO CONSEMA NORMATIVA nº 1/14 | Fixa tipologia para o exercício da competência municipal, no âmbito do licenciamento ambiental. |
| DELIBERAÇÃO CONSEMA NORMATIVA nº 2/14 | Define as atividades e empreendimentos de baixo impacto ambiental passíveis de licenciamento por procedimento simplificado |
| DECRETO ESTADUAL nº 55.660/10 | Institui o Sistema Integrado de Licenciamento (Sil) e cria o certificado de Licenciamento Integrado. |
| DECRETO ESTADUAL nº 59.261/13 | Institui o Sistema de Cadastro Ambiental Rural do Estado de São Paulo SICAR-SP. |
| DECRETO ESTADUAL nº 60.329/14 | Dispõe sobre o licenciamento ambiental simplificado e informatizado de atividades e empreendimentos de baixo impacto ambiental. |
| RESOLUÇÃO SMA nº 22/09 | Dispõe sobre: a apresentação de certidões municipais de uso e ocupação do solo, o exame e manifestação técnica pelas Prefeituras Municipais nos processos de licenciamento ambiental realizados no âmbito do Seaqua e a concessão de Licença de Operação para empreendimentos existentes. |
| RESOLUÇÃO SMA nº 94/12 | Regulamenta os procedimentos relativos ao Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais ao Relatório Anual de Atividades e à Taxa Ambiental Estadual. |
| RESOLUÇÃO SMA nº 100/13 | Regulamenta as exigências para os resultados analíticos, incluindo a amostragem, o objeto de apreciação pelos órgãos integrantes do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, a Proteção, o Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e o Uso Adequado dos Recursos Naturais (Seaqua). |
| RESOLUÇÃO SMA nº 49/14 | Dispõe sobre os procedimentos para licenciamento ambiental com avaliação de impacto ambiental, no âmbito da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, Cetesb. |
| DELIBERAÇÃO CONSEMA NORMATIVA nº 1/14 | Fixa tipologia para o exercício da competência municipal, no âmbito do licenciamento ambiental. |
| DELIBERAÇÃO CONSEMA NORMATIVA nº 2/14 | Define as atividades e empreendimentos de baixo impacto ambiental passíveis de licenciamento por procedimento simplificado |

Fonte: Departamento de Meio Ambiente (2014).

O licenciamento ambiental, aplicado inicialmente às indústrias de transformação, tornou-se muito mais abrangente, englobando projetos de infraestrutura e estendendo-se às indústrias extrativas e aos projetos de expansão urbana, agropecuária e turismo que apresentem potencial de degradação ambiental. Inúmeros aspectos passaram a ser considerados no processo de licenciamento ambiental de atividades industriais no decorrer dos anos de modo a considerar todas as questões ambientais demandadas pela sociedade e refletidas na legislação ambiental, como ilustrado na Figura 1. Com isso, busca-se estabelecer mecanismos de controle ambiental nas intervenções setoriais que possam vir a comprometer a qualidade do meio ambiente (DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE, 2014; MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2009).

Figura 1 – Aspectos considerados no processo de licenciamento ambiental das atividades industriais.



Fonte: Departamento de Meio Ambiente (2014).

1. **Definições Jurídicas**

O conceito de licenciamento ambiental foi definido na Resolução CONAMA 237/97 como o “Procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras; ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.”

A mesma Resolução CONAMA 237/97 define a licença ambiental como o “Ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.”

A legislação também define os termos poluição e degradação, em que a poluição é “a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades humanas”, e a degradação, “a alteração adversa das características do meio ambiente”. Apesar de definidos, seus conceitos trazem termos abstratos que podem causar dúvidas na interpretação, e, além disso, é difícil fixar as atividades que causam degradação e seu grau ocasionado, de modo que se deve consultar o órgão ambiental para determinar se o empreendimento necessita, ou não, de licenciamento. Ainda, é importante ressaltar que a licença ambiental é de natureza autorizativa, e possui caráter precário, podendo ser cassada caso as condições estabelecidas pelo órgão ambiental não sejam cumpridas. Mesmo com essas dificuldades, o interesse dos empreendedores em verificar a necessidade de licenciamento aumentou devido à Lei 9.605/98, de Crimes Ambientais, que atribui penalidades no caso de não cumprimento das leis de licenciamento ambiental (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2007)

1. **Tipos de licença e quando pedir/solicitar cada uma**

O licenciamento é composto por três tipos de licenças requeridas em fases distintas do empreendimento ou atividade, sendo elas no planejamento, na instalação e na operação. Essas licenças foram estabelecidas no Decreto 99.274/90, que regulamenta a Lei 6.938/81, e são detalhadas na Resolução CONAMA nº 237/97 (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2009).

A Licença Prévia (LP) é concedida na fase preliminar do planejamento da implantação, alteração ou ampliação do empreendimento, aprovando a viabilidade ambiental do projeto, autorizando sua localização e concepção tecnológica, e estabelecendo os requisitos básicos a serem considerados no desenvolvimento do projeto e atendidos nas próximas fases de sua implementação, incluindo o suprimento de parâmetros para lançamento de efluentes líquidos e gasosos, resíduos sólidos e emissões sonoras, além de exigir a apresentação de propostas de medidas de controle ambiental em função dos possíveis impactos ambientais a serem gerados. Essa licença não autoriza a instalação do projeto nem o início de qualquer obra destinada à sua implantação, e só é concedida se for atestada a viabilidade ambiental do empreendimento, após a avaliação dos impactos ambientais gerados, dos programas de redução e mitigação de impactos negativos e de maximização dos impactos positivos (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2009, 2015a, 2015c).

A Licença de Instalação (LI) autoriza o início da obra ou instalação do empreendimento de acordo com as especificações apresentadas nos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental, que devem seguir um cronograma fixo de execução. O prazo de validade dessa licença é estabelecido pelo cronograma de instalação do projeto ou atividade, não podendo ser superior a 6 (seis) anos, segundo o IBAMA. Além disso, empreendimentos que impliquem desmatamento também dependem de "Autorização de Supressão de Vegetação". (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2009, 2015a, 2015c).

A Licença de Operação (LO) deve ser solicitada antes da atividade ou empreendimento entrar em operação e é o que autoriza o início de seu funcionamento, após uma vistoria que verifica o efetivo cumprimento de todas as exigências e detalhes técnicos descritos no projeto aprovado de acordo com o previsto nas licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental. Segundo o IBAMA, o prazo de validade da licença de operação não pode ser inferior a 4 (quatro) anos e superior a 10 (dez) anos (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2009, 2015a, 2015c).

Essas licenças ambientais podem ser expedidas de forma isolada ou sucessivamente, de acordo com a natureza, características e fase do empreendimento ou atividade. Algumas atividades dispensam licenciamento ambiental, porém seus significados e aplicações podem distinguir entre os estados. O mais comum são atividades de muito baixo impacto ambiental, que não se encaixam nas legislações de atividades passíveis de licenciamento ambiental no estado, atividades cujo licenciamento é de competência municipal, e atividades que, apesar de sujeitas ao licenciamento, são dispensadas dessa obrigação legal pelo órgão responsável pela análise. A comprovação de Dispensa do licenciamento ambiental também varia de estado para estado, podendo ser simplesmente a não emissão de documento, a emissão de uma declaração, ou até um documento próprio regulamentado em legislação (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2009, 2015c).

Além das licenças ambientais já discutidas, existem outras distintas e algumas variações daquelas já apresentadas. Por exemplo, a Licença de Alteração, geralmente já condicionada à existência da Licença de Instalação (LI) ou Licença de Operação (LO), é concedida no caso de modificação no contrato social do empreendimento, atividade ou obra, ou qualificação de pessoa física. A Licença de Ampliação é concedida a empreendimentos ou atividades já implantados e licenciados que realizarão ampliações ou ajustes. A Licença de Instalação e de Operação (LIO) é uma licença única que substitui os procedimentos administrativos do licenciamento de instalação e do licenciamento de operação ordinários, de modo que a instalação e a operação do empreendimento são autorizadas em uma única fase, devendo ser solicitada antes de se iniciar sua implantação. Sua concessão está condicionada às medidas e condições de controle ambiental estabelecidos pelo órgão ambiental. A Licença Prévia e de Instalação (LPI) unifica as licenças ordinárias de mesmo nome, devendo ser solicitada antes de iniciar a implantação do empreendimento. Essa licença geralmente é concedida quando a análise de viabilidade ambiental não depende de estudos ambientais, atestando essa viabilidade ambiental e autorizando a instalação da atividade ou empreendimento, com as condições e medidas de controle ambiental necessárias já estabelecidas, podendo ocorrer simultaneamente à análise dos projetos de implantação (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2015c).

As licenças simplificada e única apresentam conceitos muito variados entre os estados. De modo geral, a Licença Ambiental Simplificada (LAS) é uma licença de fase única que atesta a viabilidade ambiental, aprova a localização e autoriza a implantação e a operação do empreendimento ou atividade impondo condições e medidas de controle ambiental que deverão se obedecidas. Sua concessão ocorre antes de se iniciar a implantação do empreendimento e geralmente está associada à classificação do mesmo quanto ao grau de impacto ambiental gerado, sendo aplicada à empreendimentos ou atividades de pequeno ou micro porte e baixo potencial poluidor. A Licença Única (LU) unifica os procedimentos administrativos dos licenciamentos prévio, de instalação e de operação ordinários, exigindo as devidas condições e medidas de controle ambiental (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2015c).

A Dispensa do licenciamento, as licenças de ampliação, de alteração, LIO, LPI, LAS e LU podem receber diferentes conceitos e aplicações de estado para estado, podendo variar com parâmetros como porte, localização, impacto ambiental, potencial poluidor, e tempo de duração da atividade. Assim, deve-se observar com cautela a legislação estadual, ou municipal, que as regulamentam na esfera de localização do empreendimento ou atividade (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2015c). Além disso, as licenças ambientais devem ser publicadas, independente de suas modalidades, inclusive os pedidos de licenciamento e renovação das mesmas. A Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003, que dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA, estabelece que pedidos de licenciamento, sua renovação e a respectiva concessão devem ser publicados em Diário Oficial e ficar disponíveis, no respectivo órgão, em local de fácil acesso ao público, com listagens e relações dos mesmos (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2009).

Nessas publicações dos pedidos de licenças, renovação e respectivas concessões, em quaisquer de suas modalidades, deverão constar (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2009):

a) nome da empresa e sigla (se houver);

b) sigla do órgão onde requereu a licença;

c) modalidade da licença requerida;

d) finalidade da licença;

e) prazo de validade de licença (no caso de publicação de concessão da licença);

f ) tipo de atividade que será desenvolvida;

g) local de desenvolvimento da atividade.

Ainda, a obtenção das licenças pelo empreendedor não o eximem da obtenção de outras autorizações ambientais específicas junto aos órgãos competentes, a depender da natureza do empreendimento e dos recursos ambientais envolvidos, como uma outorga de direito de uso de recursos hídricos, se for esse o caso. Durante o processo de licenciamento, o empreendedor também deve fornecer estudos ambientais elaborados previamente para análise e deferimento. Para cada etapa do licenciamento há estudos específicos a serem elaborados. Na etapa do Licenciamento Prévio, caso o empreendimento seja de significativo impacto ambiental, o empreendedor deve encaminhar o Estudo de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). Para os demais empreendimentos são requeridos estudos mais simplificados. O EIA é um documento técnico-científico que apresenta informações bem detalhadas, como: Diagnóstico ambiental dos meios físico, biótico e socioeconômico; Análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas; Definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos e elaboração de medidas mitigadoras dos impactos negativos; e Programas de Acompanhamento e Monitoramento. Já o RIMA é um documento público apresentado de forma objetiva com as informações e conclusões do EIA, de modo a ser mais acessível à população. Na necessidade de audiências públicas, é nessa etapa que são realizadas, para que a comunidade interessada e/ou afetada pelo empreendimento seja consultada. Na etapa de LI, o estudo solicitado é o Plano Básico Ambiental (PBA), que detalha os programas ambientais necessários para a minimização dos impactos negativos e maximização dos impactos positivos, identificados no EIA. Por fim, para subsidiar a etapa de LO, um conjunto de relatórios deve ser apresentado, descrevendo a implantação dos programas ambientais e medidas mitigadoras previstas nas etapas de LP e LI (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2015a; TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2007)

1. **O processo de Licenciamento no Brasil e etapas.**

O processo de licenciamento ambiental no Brasil é separado em etapas denominadas: Licenciamento Prévio, Licenciamento de Instalação e Licenciamento de Operação, conforme discutido no item anterior. Para a obtenção do licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades potencialmente poluidores, o interessado deve dirigir uma solicitação ao órgão ambiental competente para emitir a licença. Esse órgão pode ser o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que atua nos processos de nível federal, os órgãos de meio ambiente dos estados e do Distrito Federal (OEMAs) ou os órgãos municipais de meio ambiente (OMMAs) (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2007).

Durante o processo de responsabilidade da União, o IBAMA ouve os OEMAs envolvidos e os Órgãos Federais de gestão do Patrimônio Histórico (IPHAN), das Comunidades Indígenas (FUNAI), de Comunidades Quilombolas (Fundação Palmares), de controle de endemias (Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde), entre outros. As prefeituras dos municípios afetados e/ou atravessados pelo empreendimento também são ouvidas quanto à questão da inserção adequada do empreendimento frente ao Plano Diretor de Uso e Ocupação do Solo do município (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2015a).

A solicitação de abertura de processo para licenciar ou regularizar o empreendimento junto ao IBAMA é feita exclusivamente por meio eletrônico, através do endereço de Serviços online do IBAMA (https://servicos.ibama.gov.br/cogeq/) em “Serviços > Licenciamento Ambiental Federal”. Antes de iniciar o processo, o empreendedor deve se inscrever no Cadastro Técnico Federal (CTF), ler atentamente o Manual do Sistema do CTF no site do IBAMA em "Serviços online > Manual do Sistema", para declarar a atividade exercida relacionada aos empreendimentos passíveis de licenciamento ambiental, conforme Resolução CONAMA nº 237/97 (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2015a).

Na fase inicial do licenciamento, de apresentação de um novo projeto, o empreendedor deve se cadastrar como Gerenciador de Projetos, seguindo Tabela de Atividades no Manual do Sistema, e indicar a tipologia da sua atividade, por exemplo: gerenciador de projetos - usinas hidrelétricas. Após receber a Licença de Operação, o empreendedor deve alterar sua categoria de atividade para a atividade final, sendo, no caso do exemplo anterior, Serviços de Utilidade - geração de energia elétrica. Empreendedores que possuam empreendimento em operação e em fase inicial de licenciamento, simultaneamente, devem informar a atividade de gerenciador de projetos e a atividade final. Ainda na fase inicial, o IBAMA emite o Certificado de Regularidade, com o qual o empreendedor fica apto a solicitar a abertura de um processo de licenciamento ambiental federal, realizado através do site de Serviços online do IBAMA em “Login > Serviços > Licenciamento Ambiental Federal”. Nesta etapa, solicita-se o preenchimento de um formulário eletrônico contendo informações básicas sobre o empreendimento, para que o IBAMA tenha as informações necessárias para avaliação da competência para licenciamento frente às normas legais existentes, bem como avalie o tipo e a abrangência do estudo ambiental que subsidiará o licenciamento do empreendimento (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2015a).

O processo de licenciamento ambiental é um serviço prestado pelo IBAMA ao empreendedor, sendo cobrada uma taxa pelos procedimentos executados. Os valores variam de acordo com o porte da empresa, a dimensão do impacto ambiental, e o tipo de licença solicitada, e estão disponíveis na tabela de custos disponibilizada no endereço do IBAMA sobre licenciamento ambiental (http://www.ibama.gov.br/licenciamento/index.php) em “Procedimentos”, juntamente com outras informações (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2015a).

1. **O processo de Licenciamento em São Paulo e etapas**

No Estado de São Paulo, o licenciamento ambiental das atividades industriais tornou-se obrigatório com a publicação da Lei nº 997, em 31 de maio de 1976, regulamentada pelo Decreto nº 8.468, de 08 de setembro de 1976. A partir desta data, as empresas que funcionam sem a licença estão sujeitas às sanções previstas em lei, tais como: advertências, multas, paralisação temporária ou definitiva da atividade. Também, o funcionamento dessas empresas sem as devidas licenças ambientais passou a ser considerado crime com a homologação da Lei de Crimes Ambientais, Lei nº 9.605/98 (DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE, 2014)

Nos casos em que o licenciamento ambiental é de competência estadual, o procedimento deve ser feito junto à CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, que considera o CEP ou o município onde está localizada a atividade ou empreendimento. As atividades sujeitas ao licenciamento ambiental, segundo o artigo 58 do Regulamento da Lei nº 997/76, aprovado pelo Decreto nº 8.468/76 e alterado pelo Decreto nº 47.397/02, são (DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE, 2014; SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 2014a):

1. Construção, reconstrução, ampliação ou reforma de edificação destinada à instalação de fontes de poluição;

2. Instalação de uma fonte de poluição em edificação já construída;

3. Instalação, ampliação ou alteração de uma fonte de poluição.

As atividades ou empreendimentos consideradas como fontes de poluição são indicadas no Anexo 5 do Regulamento da Lei nº 997/76, sendo a fabricação de bebidas, de produtos têxteis, do fumo, de calçados e de produtos farmacêuticos, algumas delas. Para muitas atividades, o Licenciamento Prévio pode ser solicitado concomitante à solicitação do Licenciamento de Instalação, porém, em alguns casos, essa solicitação é feita separadamente, como indicado no Anexo 10 do Regulamento da mesma Lei nº 997/76 (SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 2014a)

Para a obtenção da Licença Prévia (LP), deve-se apresentar o estudo ambiental, conforme especificado (SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 2014b):

* Estudo Ambiental Simplificado – EAS: Para empreendimentos, obras e atividades considerados de baixo potencial de degradação ambiental.
* Relatório Ambiental Preliminar – RAP: Para empreendimentos, obras e atividades considerados potencialmente causadores de degradação do meio ambiente.
* Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA e RIMA: Para empreendimentos, obras e atividades considerados como potencialmente causadores de significativa degradação do meio ambiente.

Os documentos devem ser entregues na agência CETESB que atende o município. Então, o empreendedor deve efetuar o pagamento, calculado com base no potencial poluidor e no porte do empreendimento, emitido na Ficha de Compensação após o pedido ser protocolado. A solicitação da Licença Prévia deve ser publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo (http://cetesb.imprensaoficial.com.br/) e em um periódico de circulação local, conforme modelo para publicação disponível site da CETESB, e entregue na agência CETESB, onde será retirado um protocolo. Após essa etapa, o empreendedor deve esperar contato da agência. Se a decisão for favorável, deve providenciar a publicação, conforme modelo para publicação mais adequado ao caso, entregá-la, e aguardar orientação via e-mail para obter a licença assinada digitalmente. Se a solicitação for indeferida há a possibilidade de interposição de recurso (SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 2013a).

O requerimento da Licença de Instalação (LI) deve ser realizado na CETESB, acompanhado de relatório ambiental que comprove o cumprimento das exigências contidas na LP, além da Certidão da prefeitura municipal relativa ao uso do solo, do Comprovante de pagamento da licença, exceto quando o interessado for isento do pagamento (Decreto Est. 48.919/2004), e das Tabelas Síntese do Licenciamento. Com o pedido de licença de Instalação protocolizado, interessado deverá entregar as publicações exigidas no prazo máximo de 15 dias, sob pena de arquivamento do processo (Resolução SMA 54/2004). As publicações deverão ser realizadas no Diário Oficial do Estado, em jornal de grande circulação e em jornal da localidade onde se situa o empreendimento ou atividade, apresentar data posterior à da entrega da documentação, e serem impressas em corpo 7 ou superior (Res CONAMA 06/86). Quando o empreendimento se localizar em mais de um município, deverá ser feita publicação em jornal local de cada um dos municípios abrangidos ou em jornal regional distribuído em todos os municípios. Os empreendimentos que foram sujeitos à avaliação de impacto ambiental deverão requerer a Autorização para Supressão de Vegetação e a Solicitação de Criação de Banco de Áreas/ Mudas e/ou Unificação de Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental, conforme os roteiros disponibilizados pela diretoria (SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 2014c).

O procedimento para requerimento da Licença de Operação (LO) é praticamente igual ao da LI. O interessado deverá levar na CETESB o relatório ambiental comprovando o cumprimento das exigências contidas na LP e LI, juntamente com o comprovante de pagamento. Com o pedido protocolizado, devem-se entregar as publicações exigidas e as Tabelas Síntese do Licenciamento para requisição da licença (Lei 9.509/97 art. 19 § 4º), no prazo máximo de 15 dias e seguindo as mesmas imposições anteriores, sob pena de arquivamento do processo (SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 2014d).

Além do procedimento de Licenciamento ordinário descrito acima, a CETESB também disponibiliza o Sistema de Licenciamento Simplificado – SILIS – para empreendimentos de baixo potencial poluidor. Trata-se de um procedimento simplificado, por meio de certificação digital, que unifica as Licenças Prévia, de Instalação e de Operação com a emissão de apenas um documento e sem a necessidade do usuário comparecer às Agências Ambientais. O SILIS é também pode ser utilizado para a renovação da Licença de Operação (SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 2013b).

Mesmo com o procedimento digital, o empreendedor deverá providenciar os documentos complementares, que poderão ser entregues pessoalmente nas agências ou encaminhados pelo correio. Os documentos necessários são: carta de encaminhamento (fornecida pelo programa); Certidão de Uso e Ocupação do Solo, emitida pela Prefeitura do Município, com prazo de validade (caso não conste prazo de validade, será aceita certidão emitida até 180 dias antes da data do pedido da licença); manifestação do órgão ambiental municipal emitida, no máximo, até 180 dias antes da data do pedido de licença (na impossibilidade de emissão dessa manifestação, a Prefeitura Municipal deverá emitir documento declarando tal impossibilidade); publicações no Diário Oficial do Estado e em um jornal periódico de circulação local, com data posterior à data da solicitação; conta de água ou certidão emitida pelo órgão responsável pelos serviços de saneamento do Município, informando se o local onde o empreendimento pretende se instalar é atendido pelas redes de distribuição de água e coleta de esgoto; manifestação do órgão ou entidade responsável pelo sistema público de esgotos, no caso de municípios localizados na Região Metropolitana de São Paulo; Outorga de Implantação de Empreendimento, emitida pelo DAEE, no caso de captação de água superficial (rio, córrego, lago etc) ou subterrânea (poço) e/ou lançamento de efluentes líquidos em corpo d'água (rio, córrego, lago etc); e Declaração de que o empreendimento se enquadra como ME ou EPP, se for o caso (fornecida pelo programa) (SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 2013b).

Para atividades que não constam na lista de atividades licenciáveis pela CETESB, elencadas na Lei nº 997/76, aprovada pelo Decreto nº 8.468/76 e alterada pelo Decreto nº 47.397/02, ou seja, para atividades não passíveis de licenciamento, é possível emitir um Certificado de Dispensa de Licença, a Declaração de Atividade Isenta de Licenciamento – DAIL, sem custos e de forma automática. A solicitação desse documento é feita através do site do Portal de Licenciamento Ambiental – PLA (https://portalambiental.cetesb.sp.gov.br/pla/welcome.do), na opção “Consulta Modalidade de Licenciamento / Isenção de Licenciamento”. Para acessar essa opção, é necessário possuir *login* e senha de acesso, que são cadastrados através do link: http://segrn.cetesb.sp.gov.br/site/sistemasinter/segrn/usuario\_externo.php (SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 2014e).

Recentemente foi publicada a Resolução SMA 102/16 de 22/12/2016, cujo artigo 1º trata das obrigações de publicidade dos empreendimentos relacionadas aos pedidos de licenciamento ambiental, revogando a exigência de apresentação das publicações, tanto no requerimento quanto no recebimento das licenças, para os processos de licenciamento não sujeitos à avaliação de impacto (SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 2016).

1. **Estudos de caso**

EMPRESA COM POTENCIAL DE POLUIÇÃO

Toda empresa com potencial de poluição deve obter uma licença ambiental para funcionar de modo regular, para isso, alguns passos devem ser seguidos, sendo eles: (1) a identificação do órgão ambiental competente, (2) a obtenção da licença prévia, (3) a elaboração do projeto básico, (4) a obtenção da licença de instalação, e (5) a obtenção da licença de operação.

(1) IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE PARA LICENCIAR

Segundo a Lei 6.938/81, a tarefa de licenciar é dos estados. Ao IBAMA, cabe uma atuação supletiva, substituindo o órgão estadual em sua ausência ou omissão, não tendo a função de rever ou suplementar a licença ambiental concedida pelos estados. Tem competência legal para licenciar atividades e obras com significativo impacto ambiental, de âmbito nacional ou regional, conforme descrito na Resolução CONAMA 237/97 (Tabela 2, sobre as atribuições da União) (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2007).

A Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei 11.284/06) modificou a Lei do Código Florestal e incluiu a exploração de florestas e formações sucessoras, tanto de domínio público como de domínio privado, como atividades que necessitam, em regra, do licenciamento prévio dos órgãos ambientais estaduais. A responsabilidade será do IBAMA quando se tratar especificamente de “florestas públicas de domínio da União; unidades de conservação criadas pela União; exploração de florestas e formações sucessoras que envolvam manejo ou supressão de espécies enquadradas no Anexo II da Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção-CITES, promulgada pelo Decreto 76.623/75, com texto aprovado pelo Decreto Legislativo 54/75; exploração de florestas e formações sucessoras que envolvam manejo ou supressão de florestas e formações sucessoras em imóveis rurais que abranjam dois ou mais estados; supressão de florestas e outras formas de vegetação nativa em área maior que (i) dois mil hectares em imóveis rurais localizados na Amazônia Legal ou (ii) mil hectares em imóveis rurais localizados nas demais regiões do país; supressão de florestas e formações sucessoras em obras ou atividades potencialmente poluidoras licenciadas pelo IBAMA; manejo florestal em área superior a cinquenta mil hectares” (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2007).

A competência pelo licenciamento será dos órgãos estaduais e distrital, segundo a Resolução CONAMA 237/97, nos casos de empreendimentos e atividades (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2007):

* localizados ou desenvolvidos em mais de um município ou em unidades de conservação de domínio estadual ou do Distrito Federal;
* localizados ou desenvolvidos nas florestas e demais formas de vegetação natural de preservação permanente relacionadas no art. 2º da Lei 4.771/65 e em todas as que assim forem consideradas por normas federais, estaduais ou municipais;∙
* cujos impactos ambientais diretos ultrapassem os limites territoriais de um ou mais municípios;
* delegados pela União aos estados ou ao Distrito Federal por instrumento legal ou convênio.

Os órgãos ambientais municipais são responsáveis pelo licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local e daqueles sobre os quais houve delegação pelo estado por instrumento legal ou convênio. A Lei de Gestão de Florestas Públicas também introduziu competência legal municipal para o licenciamento de exploração de florestas e formações sucessoras, tanto de domínio público como de domínio privado, quando estas forem de domínio do município; unidades de conservação criadas pelo município; em casos que lhe forem delegados por convênio ou outro instrumento admissível, ouvidos, quando couber, os órgãos competentes da União, dos estados e do Distrito Federal (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2007).

A distribuição de competências, por vezes, gera dúvidas e discussões acerca de qual esfera é responsável pelo licenciamento ambiental. O Parecer 312/CONJUR/MMA/2004 traz esclarecimentos sobre o tema, afirmando que o fundamento para repartição da competência para licenciamento entre os entes da federação é o impacto ambiental do empreendimento, não sendo relevante seu domínio. O que se considera é a predominância do interesse, com base no alcance dos impactos ambientais diretos (e não indiretos) da atividade (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2007).

(2) OBTENÇÃO DA LICENÇA PRÉVIA

Para a obtenção da licença prévia, o interessado deve procurar o órgão ambiental competente, ainda na fase preliminar de planejamento do projeto, junto do qual serão definidos os documentos, projetos e estudos ambientais necessários ao início do processo de licenciamento. A certidão da Prefeitura Municipal, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo e, quando for o caso, a autorização para supressão de vegetação e a outorga para o uso da água, emitidas pelos órgãos competentes, são obrigatórias. A elaboração dos estudos ambientais deve ser contratada pelo empreendedor, e precisa contemplar todas as exigências determinadas pelo órgão licenciador. Esses estudos não podem ser postergados para as fases posteriores sob a forma de condicionantes do licenciamento (Acórdão 1.869/2006-Plenário-TCU, item 2.2.2). Com os estudos ambientais em mãos, o empreendedor fará o requerimento formal da licença, apresentando-os com os documentos e projetos definidos inicialmente – o projeto básico não é apresentado nessa fase, sendo elaborado somente após a expedição da licença prévia. O pedido de licenciamento deve ser publicado em jornal oficial do ente federativo e em periódico regional ou local de grande circulação (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2007).

Após receber a solicitação de licença e a documentação pertinente, o órgão ambiental analisa o processo e realiza vistoria técnica no local onde será implantado o empreendimento, se necessário, podendo solicitar esclarecimentos e complementações das informações prestadas uma única vez, com reiteração do pedido caso aqueles não tenham sido satisfatórios. O empreendedor deverá atender à solicitação de esclarecimentos e complementações formuladas pelo órgão ambiental dentro do prazo máximo de quatro meses, a contar do recebimento da respectiva notificação. Esse prazo poderá ser prorrogado, desde que justificado e com a concordância das duas partes. Se as informações não forem prestadas no prazo legal, o empreendedor poderá ter seu pedido de licença arquivado, sendo necessário iniciar outro processo de licenciamento, com novos custos de análise, se for do interesse do particular (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2007).

A partir do recebimento do Relatório de Impactos sobre o Meio Ambiente – RIMA, o órgão ambiental deve abrir prazo de 45 dias para a solicitação de audiência pública, cuja necessidade é definida a) a critério do órgão ambiental; b) por solicitação de entidade civil; c) por solicitação do Ministério Público; ou d) por abaixo-assinado de pelo menos 50 cidadãos, segundo a Resolução CONAMA 09/87, para expor à comunidade, e interessados, o conteúdo do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e do RIMA, esclarecendo dúvidas e recolhendo críticas e sugestões. No caso de audiência, abre-se novo prazo para esclarecimentos e complementações decorrentes dos debates e questões levantadas pelo público. Se houver solicitação na forma regimental e o órgão ambiental negar a realização, a licença prévia concedida será considerada nula (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2007).

Finalizada a análise, “o órgão ambiental deverá emitir parecer técnico conclusivo que exprima de forma clara suas conclusões e propostas de encaminhamento bem como sua opinião sobre a viabilidade ambiental do empreendimento” (Acórdão 1.869/2006-Plenário-TCU), e, após a expedição da licença prévia, estabelecerá as medidas mitigadoras que devem ser contempladas no projeto de implantação, sendo o cumprimento dessas medidas a condição para solicitação e obtenção da licença de instalação. Por fim, com o pagamento e retirada da licença prévia, o empreendedor deverá publicar informativo comunicando a concessão no diário oficial da esfera de governo que licenciou e em jornal de grande circulação (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2007).

Nos casos de empreendimentos com significativo impacto ambiental, assim considerados pelo órgão ambiental com base no EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar financeiramente a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral para a obtenção do licenciamento ambiental. O montante para tal é calculado com base no percentual sobre os custos totais previstos do empreendimento, de acordo com o grau de impacto ambiental, sendo de, no mínimo, 0,5% (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2007).

(3) ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO

De posse da LP, o projeto básico do empreendimento (projeto de engenharia) é elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, de forma a assegurar a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental envolvido. O projeto deve conter o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para caracterização do empreendimento e possibilitar a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução. Deve-se adotar, na sua elaboração, a localização e a solução técnica aprovadas na licença prévia, incluindo as medidas mitigadoras e compensatórias definidas como condicionantes no item “identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra” (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2007).

Não se deve elaborar o projeto básico antes da concessão da licença prévia, o que é classificado, segundo Acórdão 516/2003-TCU-Plenário, como “indício de irregularidade grave, para efeitos de suspensão de repasses de recursos federais, a juízo do Congresso Nacional, a contratação de obras com base em projeto básico elaborado sem a existência de licença ambiental prévia” (subitem 9.2.3.1) (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2007).

(4) OBTENÇÃO DA LICENÇA DE INSTALAÇÃO

A solicitação da licença de instalação deve ser dirigida ao mesmo órgão ambiental que emitiu a licença prévia, comprovando-se o cumprimento das condicionantes estabelecidas nessa licença, e apresentando-se os planos, programas e projetos ambientais detalhados e respectivos cronogramas de implementação, e o detalhamento das partes dos projetos de engenharia que tenham relação com questões ambientais. Os planos, programas e projetos ambientais detalhados serão objeto de análise técnica no órgão ambiental, podendo haver manifestação de órgãos ambientais de outras esferas de governo, se for o caso. Um parecer técnico com posicionamento a favor ou contra a concessão da licença de instalação é, então, elaborado, e o empreendedor deve efetuar o pagamento do valor cobrado pela licença, recebendo-a e publicando anúncio de sua concessão no diário oficial da esfera de governo que concedeu a licença e em periódico de grande circulação na região onde se instalará o empreendimento (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2007).

Durante a vigência da licença de instalação, é indispensável o cumprimento das condicionantes determinadas, a fim de prevenir ou remediar impactos sociais e ambientais que possam ocorrer durante a fase de construção da obra. Também, iniciar as obras sem a devida licença de instalação é considerado indício de grave irregularidade, ensejando a interrupção do repasse de recursos financeiros federais, de acordo com Acórdão 516/2003-TCU-Plenário (subitem 9.2.3.2). Quanto a licitações de obras, instalações e serviços que demandem licença ambiental, essas devem ocorrer somente após a obtenção da licença de instalação, conforme Acórdão 26/2002-Plenário-TCU, item 8.2, subitem ‘e’ (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2007).

(5) OBTENÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O requerimento da licença de operação deve ser feito junto ao mesmo órgão ambiental que concedeu as licenças prévia e de instalação, com comprovação da implantação de todos os programas ambientais a serem executados durante a vigência da licença de instalação; da execução do cronograma físico-financeiro do projeto de compensação ambiental;∙e do cumprimento de todas as condicionantes estabelecidas quando da concessão da licença de instalação. Em caso de pendência de alguma condicionante da licença prévia, a comprovação de sua implementação também é feita nesse momento. Testes pré-operacionais podem ser realizados após o requerimento da licença de operação e antes da sua obtenção, exclusivamente após autorização do órgão ambiental (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2007).

Após análise de todos os documentos requeridos pelo órgão ambiental, e em caso favorável, o interessado deve efetuar o pagamento da licença e providenciar a publicação de comunicado a respeito do fato no diário oficial da esfera de governo que licenciou e em jornal regional ou local de grande circulação. Uma vez concedida a licença de operação, o empreendedor fica obrigado a implementar as medidas de controle ambiental e as demais condicionantes estabelecidas, que normalmente visam à implementação correta dos programas de monitoramento e acompanhamento ambiental do empreendimento, além da prevenção de riscos à saúde e ao meio ambiente, sob pena de ter a LO suspensa ou cancelada pelo órgão outorgante. Ainda, para o Tribunal de Contas da União, o início das operações do empreendimento sem a devida licença de operação é considerado indício de grave irregularidade, conforme Acórdão 516/2003-TCU-Plenário (subitem 9.2.3.2), tendo como consequência a suspensão de repasse de recursos federais (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2007).

Para empreendimento já em operação, a renovação da LO deve ser requerida com antecedência mínima de 120 dias da expiração do prazo de validade da licença anterior, mediante publicação do pedido em diário oficial e jornal de grande circulação (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2007).

EMPRESA SEM POTENCIAL DE POLUIÇÃO

Para o caso de empresas sem potencial de poluição, deve-se consultar se a atividade consta na lista de atividades licenciáveis pela CETESB, indicadas na Lei nº 997/76, aprovada pelo Decreto nº 8.468/76 e alterada pelo Decreto nº 47.397/02. Em caso negativo, ou seja, se a atividade não constar nessa lista e, portanto, não for passível de licenciamento, é possível solicitar um Certificado de Dispensa de Licença – Declaração de Atividade Isenta de Licenciamento (DAIL) –, sem custos e de forma automática. Para isso, o interessado deve (SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 2014e):

* Efetuar o cadastro do Portal de Licenciamento Ambiental – PLA – por meio do site da CETESB (http://segrn.cetesb.sp.gov.br/site/sistemasinter/segrn/usuario\_externo.php), onde cadastrará um *login* e senha;
* Acessar o PLA através do link: https://portalambiental.cetesb.sp.gov.br/pla/welcome.do, utilizando o *login* e senha de acesso cadastrados anteriormente para acessar a área restrita;
* Escolher a opção “Consulta Modalidade de Licenciamento / Isenção de Licenciamento”
* Solicitar o documento de Dispensa de Licença – Declaração de Atividade Isenta de Licenciamento (DAIL)

(SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 2014e).

1. **Conclusão**

A preservação do meio ambiente é um assunto importante e recorrente na legislação brasileira antes mesmo da Constituição Federal de 1988, que incumbiu o Poder Público e a coletividade ao dever de defender e preservar o meio ambiente de maneira equilibrada, não só pensando no presente, mas no futuro das próximas gerações. Nesse contexto, a licença ambiental pode ser vista como uma ferramenta que auxilia no cumprimento da Constituição, regulando as atividades e empreendimentos, visando o equilíbrio entre a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento econômico-social, que são, ambos, direitos constitucionais. Apesar da notável importância do licenciamento ambiental, por muito tempo sua eficácia foi bem abaixo do esperado, devido, simplesmente, à falta de informação adequada pela maioria dos interessados, fato que foi minimizado com a publicação de cartilhas sobre o assunto e com a Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/98).

Atualmente, apesar das inúmeras leis, decretos, normas etc. relacionados ao assunto, e da disponibilidade de informação e acesso facilitados, ainda existem dúvidas envolvidas quanto à distribuição de competências entre os órgãos públicos, de modo que o interessado ainda sente dificuldades para descobrir qual desses órgãos deve procurar para iniciar o processo de licenciamento.

**Referências Bibliográficas**

DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE. Licenciamento ambiental no estado de São Paulo. 2014. Disponível em: <http://az545403.vo.msecnd.net/uploads/2015/04/cartilha\_licenciamentofinal\_9307.pdf>. Acesso em: 18 jan 2017.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais. Brasília: MMA, 2009. 90 p.; il. color. ; 23x28 cm. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/dai\_pnc/\_arquivos/pnc\_caderno\_licenciamento\_ambiental\_01\_76.pdf>. Acesso em: 18 jan 2017.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Licenciamento Ambiental Federal. 2015a. Disponível em:<http://www.ibama.gov.br/licenciamento/>. Acesso em: 02 fev 2017.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Programa Nacional do Licenciamento Ambiental. Legislação. 2015b. Disponível em: <http://pnla.mma.gov.br/licenciamento-ambiental/legislacao/>. Acesso em: 26 jan 2017

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Programa Nacional do Licenciamento Ambiental. Etapas do Licenciamento. 2015c. Disponível em: <http://pnla.mma.gov.br/licenciamento-ambiental/etapas-do-licenciamento/#>. Acesso em: 02 fev 2017.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - SMA. Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB. Licença Prévia – Como solicitar. 2013a. Disponível em: <http://licenciamentoambiental.cetesb.sp.gov.br/atividades-e-empreendimentos-sujeitos-ao-licenciamento-ambiental/roteiros/orientacoes-gerais-e-lista-basica-de-documentos/licenca-previa-como-solicitar/>. Acesso em: 05 fev 2017.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - SMA. Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB. SILIS - Sistema de Licenciamento Simplificado. 2013b. Disponível em: <https://silis.cetesb.sp.gov.br/index.php>. Acesso em: 05 fev 2017.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - SMA. Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB. Quem deve requerer a licença – Licença Prévia + Instalação. 2014a. Disponível em: <http://licenciamentoambiental.cetesb.sp.gov.br/atividades-e-empreendimentos-sujeitos-ao-licenciamento-ambiental/roteiros/orientacoes-gerais-e-lista-basica-de-documentos/preco-das-licencas-e-outros-documentos/quem-deve-requerer-a-licenca-licenca-previa-instalacao/>. Acesso em: 05 fev 2017.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - SMA. Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB. Requerimento de Licença Prévia (LP). 2014b. Disponível em: <http://licenciamentoambiental.cetesb.sp.gov.br/atividades-e-empreendimentos-sujeitos-ao-licenciamento-ambiental/roteiros/orientacoes-gerais-e-lista-basica-de-documentos/licenca-previa-documentacao-nescessaria/requerimento-de-licenca-previa-lp/>. Acesso em: 05 fev 2017.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - SMA. Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB. Requerimento de Licença de Instalação (LI). 2014c. Disponível em: <http://licenciamentoambiental.cetesb.sp.gov.br/atividades-e-empreendimentos-sujeitos-ao-licenciamento-ambiental/roteiros/orientacoes-gerais-e-lista-basica-de-documentos/licenca-previa-documentacao-nescessaria/requerimento-de-licenca-de-instalacao-li/>. Acesso em: 05 fev 2017.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - SMA. Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB. Requerimento de Licença de Operação (LO). 2014d. Disponível em: <http://licenciamentoambiental.cetesb.sp.gov.br/atividades-e-empreendimentos-sujeitos-ao-licenciamento-ambiental/roteiros/orientacoes-gerais-e-lista-basica-de-documentos/licenca-previa-documentacao-nescessaria/requerimento-de-licenca-de-operacao-lo/>. Acesso em: 05 fev 2017.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - SMA. Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB. Outros documentos. 2014e. Disponível em: <http://licenciamentoambiental.cetesb.sp.gov.br/atividades-e-empreendimentos-sujeitos-ao-licenciamento-ambiental/outros-documentos-emitidos/outros-documentos/>. Acesso em: 05 fev 2017.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - SMA. Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB. Atividades e empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental. 2016. Disponível em: <http://licenciamentoambiental.cetesb.sp.gov.br/>. Acesso em: 05 fev 2017.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (Brasil). Cartilha de Licenciamento Ambiental. Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União, 2004. 57p. Disponível em: <http://www.ambiente.gov.br/estruturas/sqa\_pnla/\_arquivos/cart\_tcu.PDF>. Acesso em: 18 jan 2017.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Cartilha de licenciamento ambiental. 2.ed. Brasília: TCU, 4ª Secretaria de Controle Externo, 2007. 83 p. : il. color. Disponível em: <http://licitacoes.ufsc.br/files/2014/10/Cartilha-de-Licenciamento-Ambiental.pdf>. Acesso em: 18 jan 2017.

**APÊNDICE** – Leis, medidas provisórias, decretos, resoluções, instruções normativas e portarias classificadas como diplomas legais referentes ao licenciamento.

|  |  |
| --- | --- |
| **Leis** | |
| Nº da Lei | Ementa |
| 4.771, de 15/09/1965 | Institui o Código Florestal. |
| 6.938 de 31/08/1981 | Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. |
| 7.347 de 24/07/1985 | Lei dos Interesses Difusos. |
| 7.735 de 22/02/1989 | Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências. |
| 7.754, de 14/04/1989 | Estabelece medidas para proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios e dá outras providências. |
| 7.804, de 18/07/1989 | Altera a 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, a 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, a 6.803, de 2 de junho de 1980, e dá outras providências. |
| 9.605, de 12/02/1998 | Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. |
| 9.960, de 28/01/2000 | Dispõe sobre os custos das licenças e análises ambientais. |
| 9.984, de 17/07/2000 | Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas - ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências. |
| 9.985, de 18/07/2000 | Regulamenta o art. 225, § 1º, inciso I,II,III e VII da Constituição Federal, Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. |
| 10.165, de 27/12/2000 | Altera a 6.938/81, institui a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA. |
| 140, de 08 de dezembro de 2011 | Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do paragrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre União, os estados, o Distrito federal e os municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a lei n° 6.938, de 31 de agosto de 1981. |
| **Medidas Provisórias** | |
| Nº da Medida Provisória | Ementa |
| 2.166-67, de 24/08/2001 | Altera artigos e acresce dispositivo à Lei nº 4.771. |
| 2.198-5, de 24/08/2001 | Cria a câmara de gestão da Crise de energia Elétrica e determina ao CONAMA o estabelecimento de procedimentos simplificados de licenciamento ambiental para empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica. |
| **Decretos** | |
| Decreto | Ementa |
| 99.274/1990 | Regulamenta a Lei nº; 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências. |
| 750, de 10/02/1993 | Dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica, e dá outras providências. |
| **Resoluções** | |
| Nº da Resolução | Ementa |
| 001, de 23/01/1986 | Dispõe sobre os critérios básicos e diretrizes gerais para o Relatório de Impacto Ambiental. |
|  |  |
| 006, de 24/01/1986 | Dispõe sobre a aprovação de modelos para publicação de pedidos de licenciamento. |
| 011, de 18/03/1986 | Altera o inciso XVI e acrescentar o inciso XVII ao Artigo 2º, da Resolução/ CONAMA/nº 001, de 23 de janeiro de 1986. |
| 028, de 03/12/1986 | Determina a elaboração de EIA/RIMA das Usinas Nucleares de Angra II e Angra III. |
| 006, de 16/09/1987 | Dispõe sobre o licenciamento ambiental de obras de grande porte, especialmente as do setor de geração de energia elétrica. |
| 009, de 03/12/1987 | Dispõe sobre a realização de Audiência Pública. |
| 010, de 03/12/1987 | Dispõe sobre a implantação de uma estação Ecológica pela entidade ou empresa responsável pelo empreendimento, preferencialmente junto à área, decorrentes do licenciamento de obras de grande porte. |
| 001, de 16/03/1988 | Estabelece critérios e procedimentos básicos para implementação do Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental. |
| 005, de 15/06/1988 | Regulamenta o licenciamento de obras de saneamento básico. |
| 008, de 15/06/1988 | Dispõe sobre licenciamento de atividade mineral, o uso do mercúrio metálico e do cianeto em áreas de extração. |
| 009, de 06/12/1990 | Normas específicas para o licenciamento ambiental de extração mineral das classes I a IX exceto a classe II. |
| 010, de 06/12/1990 | Dispõe sobre normas específicas para o licenciamento ambiental de extração mineral classe II. |
| 013, de 06/12/1990 | Estabelece normas referentes ao entorno das Unidades de Conservação. |
| 010, de 01/10/1993 | Estabelece parâmetros básicos para análise dos estágios de sucessão de mata atlântica. |
| 023, de 07/12/1994 | Regulamenta o Licenciamento Ambiental das atividades petrolíferas. |
| 010, de 24/10/1996 | Dispõe sobre o licenciamento ambiental em praias onde ocorre a desova de tartarugas marinhas. |
| 237, de 19/12/1997 | Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional de Meio Ambiente. |
| 279, de 27/06/2001 | Estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental simplificado para empreendimentos elétricos com pequeno potencial de impacto ambiental. |
| 281, de 12/07/2001 | Dispõe sobre os estabelecimentos de modelos simplificados de publicação dos pedidos de licenciamento, sua renovação e concessão pelos órgãos competentes. |
| 284, de 30/08/2001 | Dispõe sobre o licenciamento de empreendimentos de irrigação. |
| 286, de 30/08/2001 | Dispõe sobre o licenciamento ambiental de empreendimentos nas regiões endêmicas de malária. |
| 289, de 25/10/2001 | Estabelece diretrizes para o Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária. |
| 308, de 21/03/2002 | Licenciamento Ambiental de sistemas de disposição final dos resíduos sólidos urbanos gerados em municípios de pequeno porte. |
| 305, de 12/06/2002 | Dispõe sobre Licenciamento Ambiental, Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto no Meio Ambiente de atividades e empreendimentos com Organismos Geneticamente Modificados e seus derivados. |
| 312, de 10/10/2002 | Dispõe sobre licenciamento ambiental dos empreendimentos de carcinicultura na zona costeira. |
| 318, de 04/12/2002 | Estabelece diretrizes para o Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária. |
| 334, de 03/04/2003 | Dispõe sobre os procedimentos de licenciamento ambiental de estabelecimentos destinados ao recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos. |
| 335, de 03/04/2003 | Dispõe sobre o licenciamento ambiental de cemitérios. |
| 336, de 25/04/2003 | Dispõe sobre a revogação das Resoluções CONAMA nº 005, de 9 de outubro de 1995 e 288, de 12 de julho de 2001. |
| 350, de 06/07/2004 | Dispõe sobre o licenciamento ambiental específico das atividades de aquisição de dados sísmicos marítimos e em zonas de transição. |
| 349, de 16/08/2004 | Dispõe sobre o licenciamento ambiental de empreendimentos ferroviários de pequeno potencial de impacto ambiental e a regularização dos empreendimentos em operação. |
| **Instruções Normativas** | |
| Nº da Instrução | Ementa |
| 065, de 13/04/2005 | Estabelece os procedimentos para o licenciamento de Usinas Hidrelétricas UHE e Pequenas Centrais Hidrelétricas PCH. |
| 146, de 10/01/2007 | Estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influencia de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna sujeitas ao licenciamento ambiental, como definido pela Lei n° 6938/81 e pelas Resoluções CONAMA n° 001/86 e n° 237/97. |
| 184, de 17/07/2008 | Estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental federal. |
| IN 06, de 07/04/2009 | Estabelece os procedimentos para emissão de ASV no âmbito da DILIC/IBAMA. |
| 002, de 18/03/2010 | Estabelece procedimentos para o licenciamento para regularização da malha rodoviária federal. |
| IN 12, de 23/11/2010 | Revoga a IN nº 07, de 13 de abril de 2009 e estabelece a inclusão de medidas mitigadoras para os efeitos das atividades capazes de emitir gases do efeito estufa, nos termos de referência elaborados pelo IBAMA. |
| IN 01, de 27/05/2011 | IN restrições de áreas - Tartarugas |
| IN 02, de 21/11/2011 | IN restrições de áreas - Mamíferos |
| IN 08, de 14/07/2011 | Regulamenta, no âmbito do IBAMA, o procedimento da Compensação Ambiental, conforme disposto nos Decretos nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, com as alterações introduzidas pelo Decreto 6.848, de 14 de maio de 2009. |
| IN 05, de 09/05/2012 | Dispõe sobre o procedimento transitório de autorização ambiental para o exercício da atividade de transporte marítimo e interestadual, terrestre e fluvial, de produtos perigosos. |
| IN 02, de 27/03/2012 Anexo da IN 02/12 | Estabelece as bases técnicas para programas de educação ambiental apresentadas como medidas mitigadoras ou compensatórias, em cumprimento às condicionantes das licenças ambientais emitidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. |
| **Portarias** | |
| Nº da Portaria | Ementa |
| Portaria nº 012, de 05 agosto de 2011 | Transfere à DILIC a competência para emitir autorizações de captura, coleta e transporte de material biológico para atividades referentes aos processos de Licenciamento Ambiental. |
| Portaria interministerial n° 419, de 26 de outubro de 2011 | Regulamenta a atuação dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal envolvidos no Licenciamento ambiental, de que trata o art. 14 da Lei n° 11516, de 28 de agosto de 2007. |
| Portaria n° 420, de 26 de outubro de 2011 | Dispõe sobre procedimentos a serem aplicados pelo instituto Brasileiro do meio ambiente e dos recursos naturais Renováveis - IBAMA - na regularização e no licenciamento ambiental das rodovias federais. |
| Portaria n° 421, de 26 de outubro de 2011 | Dispõe sobre o licenciamento e a regularização ambiental federal de sistemas de transmissão de energia elétrica e dá outras providências. |
| Portaria n° 422, de 26 de outubro de 2011 | Dispõe sobre procedimento para o licenciamento ambiental federal de atividades e empreendimentos de exploração e produção de petróleo e gás natural no ambiente marinho e em zona de transição terra-mar. |
| Portaria interministerial n° 423, de 26 de outubro de 2011 | Institui o programa de rodovias Federais ambientalmente sustentáveis para a regularização ambiental das rodovias federais. |
| Portaria n° 424, de 26 de outubro de 2011 | Dispõe sobre procedimentos específicos a serem aplicados pelo IBAMA na regularização ambiental de portos e terminais portuários, bem como os outorgados ás companhias docas, previstos no art. 24-A da Lei n° 10.683, de 28 de maio de 2003. |
| Portaria interministerial n° 425, de 26 de outubro de 2011 | Institui o programa Federal de apoio à regularização e Gestão Ambiental Portuária - PRGAP de portos e terminais portuários marítimos, inclusive os outorgados às companhias Docas, vinculadas à SEP/PR. |
| Portaria Interministerial MME/MMA nº 198 de 05 de abril de 2012 | Estabelece a Avaliação Ambiental de Área Sedimentar - AAAS, disciplinando sua relação com o processo de outorga de blocos exploratórios de petróleo e gás natural, localizados nas bacias sedimentares marítimas e terrestres, com o processo de licenciamento ambiental dos respectivos empreendimentos e atividades. |

Fonte: Departamento de Meio Ambiente (2015a).